



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2022

Relatório de Administração

Relatório de Auditoria Independente

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Recursos de Consórcio

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos

Notas Explicativas

As demonstrações do período foram divulgadas em 31/08/2022 no endereço eletrônico <https://www.sinosserra.com.br/resultados/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis

Diretor de Controladoria

Kátia Reichert de Andrade

Contadora CRC-RS 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** em 30 de junho de 2022, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração

somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2021**, apresentadas para fins de

comparabilidade, também foram por nós auditadas sendo emitido relatório de auditoria independente em **23 de março de 2022**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2022.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735 – CVM 5622

Antenor Barbacovi
Contador CRC/RS 32.825/O-2
CPF 218.610.800-34
CNAI 322

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balço Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

ATIVO

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>	16.494	22.955
Caixa e Bancos	30	15
Títulos e Valores Mobiliários	14.168	10.002
Serviços Prestados a Receber	114	93
Adiantamento e Antecipações Salariais	99	94
Impostos a Recuperar	606	270
Devedores p/ Compra de Bens	610	589
Devedores p/ Compra de Participações	694	681
Títulos e Valores Mobiliários	0	11.051
Devedores Diversos - País	129	111
Despesas Antecipadas	44	49
<u>Não Circulante</u>	32.444	52.784
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens	1.552	1.819
Devedores p/ Compra de Participações	5.870	6.098
Impostos Diferidos a Compensar	269	292
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	0	17.384
Aplicações em Quotas de Consórcios	50	139
Empréstimos a Grupos	18.851	21.350
Devedores por Depósito em Garantia	707	533
Investimentos em Imóveis	4.585	4.624
Imobilizado em Uso	552	536
Intangível	8	9
<u>Total do Ativo</u>	48.938	75.739

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balço Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	30/06/2022	31/12/2021
	30.	
<u>Circulante</u>	241	39.899
Fiscais e Previdenciárias	516	414
Provisão para Pagamentos a Efetuar	139	83
Provisão para Férias e 13 Salário c/Encargos	404	294
Credores Diversos - País	1.087	2.924
Recursos a Devolver a Consorciados	1.764	9.982
Provisão p/Contingências Trabalhistas	791	859
Recursos Prescritos a Pagar	25.540	25.343
<u>Não Circulante</u>	173	17.571
Impostos Diferidos	173	187
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	0	17.384
<u>Patrimônio Líquido</u>	18.524	18.269
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Lucros	13.642	13.387
Ações em Tesouraria	(128)	(128)
<u>Total do Passivo</u>	48.938	75.739

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Levantado
em 30 de Junho de 2022 e 2021

(Em R\$ mil)

	1º Sem/2022	1º Sem/2021
<u>Receitas Operacionais</u>	11.089	11.919
Receita de Prestação de Serviços	9.408	9.957
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.119	227
Outras Receitas Operacionais	562	1.735
<u>Despesas Operacionais</u>	(10.721)	(9.398)
Despesas com Pessoal	(2.220)	(2.094)
Despesas Tributárias	(1.464)	(1.529)
Despesas Administrativas	(5.710)	(4.973)
Despesas Financeiras	(488)	(107)
Outras Despesas Operacionais	(858)	(766)
Resultado Extraordinário	19	71
Resultado antes da Tributação s/Lucros	368	2.521
Imposto de Renda	(79)	(602)
Contribuição Social	(34)	(227)
Resultado Líquido do Exercício	255	1.692
Resultado Líquido por Ação	0,0567	0,3760

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 30 de Junho de 2022 e de 2021
(Em R\$ mil)

Eventos/Contas Ano	Capital Social	Reserva Capital		Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
		Ágio Alienação Ações Próprias	Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos	Lucros Retidos			
Saldo em 31/12/2020	4.500	510	1.117	771	230	8.266	(128)	0	15.266
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	1.692	1.692
Destinação do Resultado									
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	1.692	0	(1.692)	0
Saldo em 30/06/2021	4.500	510	1.117	771	230	9.958	(128)	0	16.958
Saldo em 31/12/2021	4.500	510	1.117	771	230	11.269	(128)	0	18.269
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	255	255
Destinação do Resultado									
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	255	0	(255)	0
Saldo em 30/06/2022	4.500	510	1.117	771	230	11.524	(128)	0	18.524

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 30 de Junho de 2022 e 2021

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2022</u>	<u>1º Sem/2021</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	(6.668)	3.120
Resultado Líquido do Exercício	255	1.692
Ajustes ao Resultado:		
Despesas de Depreciação e Amortização	52	33
Baixas Imóveis (Investimentos)	174	120
Baixas Imobilizado	0	39
Provisão para Contingências Trabalhistas	(68)	(236)
Impostos Diferidos a Compensar	23	(65)
Provisão para Impostos Diferidos	(14)	(13)
<u>Variações no Ativo Circulante</u>		
Serviços Prestados a Receber	(21)	156
Adiantamento e Antecipações Salariais	(5)	18
Impostos a Recuperar	(335)	189
Devedores p/ Compras de Bens	(21)	(72)
Devedores p/Compras Participações	(13)	(19)
Devedores Diversos - País	(18)	5
Despesas Antecipadas	5	(19)
<u>Variações no Passivo Circulante</u>		
Fiscais e Previdenciárias	102	(39)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	56	(44)
Provisão Férias e 13º Salário	109	114
Credores Diversos - País	(1.837)	70
Recursos a Devolver a Consorciados	(8.217)	(367)
Recursos Prescritos a Pagar	196	0
<u>Variações no Ativo Não Circulante</u>		
Devedores p/ Compra de Bens	267	222
Devedores p/Compras Participações	228	136
Aplicações em Cotas de Consórcios	89	(17)
Empréstimos a Grupos	2.499	1.235
Devedores por Depósito em Garantia	(174)	(18)
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	10.849	(175)
Títulos e Valores Mobiliários	11.051	0
Aquisição de Investimentos (Imóveis)	(135)	(120)
Aquisição de Imobilizado	(67)	(55)
<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	0	(570)
Dividendos Propostos/Pagar	0	(570)
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	4.181	2.375
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
No Início do Exercício	10.017	15.737
No Final do Exercício	14.198	18.112
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	4.181	2.375

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Abrangente
em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em R\$ mil)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro Líquido do Exercício	255	1.692
Juros Selic s/ Ganhos Ações	0	0
Lucro c/ação CPMF	0	0
Impostos sobre Lucro	0	0
Resultado Abrangente	<u>255</u>	<u>1.692</u>

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42

Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>	<u>206.008</u>	<u>191.231</u>
Disponibilidades	22	127
Aplicações Financeiras	63.119	57.754
Outros Créditos		
Contribuições a Receber Normais	129.952	121.940
Contribuições a Receber Atraso	1.238	1.086
Contribuições a Receber Ajuizadas	11.677	10.324
<u>Compensação</u>	<u>1.074.799</u>	<u>1.063.815</u>
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorciados	4.771	4.625
Contribuições Devidas aos Grupos	570.682	563.799
Consoiciados - Bens a Contemplar	499.346	495.391
<u>Total do Ativo</u>	<u>1.280.807</u>	<u>1.255.046</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42

**Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021**

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>	206.008	191.231
Obrigações com Consorciados	74.629	67.989
Valores a Repassar	5.336	4.959
Obrigações com Contemplações	59.474	54.750
Obrigações com a Administradora	5.382	7.682
Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	29	28
Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes	45.452	42.132
Recursos do Grupo	15.706	13.691
<u>Compensação</u>	1.074.799	1.063.815
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	4.771	4.625
Obrigações do Grupo	570.682	563.799
Bens a Contemplar	499.346	495.391
<u>Total do Passivo</u>	<u>1.280.807</u>	<u>1.255.046</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2022</u>	<u>2º Sem/2021</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	57.881	75.238
Depósitos Bancários	127	163
Aplicações Financeiras	57.754	75.075
(+)Recursos Coletados	48.049	57.555
Contribuições p/Aquisição de Bens	35.535	36.189
Taxa de Administração	8.745	11.145
Contribuição ao Fundo de Reserva	227	241
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.377	1.405
Multas e Juros	191	149
Prêmios de Seguros	786	887
Outros	188	7.539
(-)Recursos Utilizados	42.789	74.912
Aquisição de Bens	26.436	42.617
Taxa de Administração	8.729	11.217
Multas/Juros Repass.Administradora	98	74
Prêmios de Seguros Pagos	799	887
Devoluções a Consorciados Desligados	3.083	8.415
Outros	3.644	11.702
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	63.141	57.881
Depósitos Bancários	22	127
Aplicações Financeiras	63.119	57.754

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em R\$ Mil

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, é uma sociedade limitada, com sede na Rua Cânciao Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, exceto quanto ao CPC 47, que ainda depende de “ato normativo específico emanado da citada autoridade reguladora”, conforme Resolução BCB no 120/2021. Citado CPC estabelece que a empresa deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos

da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 09, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CIRCULANTE

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cotas de Fundos Renta fixa	1.591	10.002
Cotas de Fundos Referenciado	4.787	0
Títulos de Renda Fixa	7.790	0
Total	<u>14.168</u>	<u>10.002</u>

NOTA 05 – IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

Valor referente a CSLL e IRPJ sobre provisões cíveis e trabalhistas.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões Trabalhistas	100	100
Provisões Representantes	310	310
Provisões Para outros Pagamentos	381	449
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	<u>791</u>	<u>859</u>
IRPJ 25%	198	215
CSLL 9%	71	77
Total	<u>269</u>	<u>292</u>

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS (COMPENSADO)

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Compensado”.

NOTA 07 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		30/06/2022	31/12/2021
Móveis e Utensílios	2 a 8%	234	228
Sistemas de Segurança	10%	135	135
Computadores e Periféricos	5 a 13%	387	334
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	114	106
Veículos	10%	319	319
Custo Histórico Corrigido		1.189	1.122
(-) Depreciações Acumuladas		(637)	(586)
Valor Residual Contábil		552	536

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 11 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

Conforme Instrução Normativa BCB nº 208 de 15/12/2021 houve a determinação da alteração quanto a publicação dos valores dos grupos, sendo que constam no ativo da Administradora, exclusivamente, os valores devidos a titulares de recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados até o dia imediatamente anterior ao início da vigência da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 (a lei entrou em vigor no dia 06/02/2009), e nas contas de compensação os valores dos grupos encerrados após esta data.

Os recursos se encontram a disposição dos beneficiários sendo que a Administradora e que sobre estes valores a empresa cobra taxa de administração de 1% ao mês.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 13 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 14 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Bens (Ativo)

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 62 (mil) no 1º semestre de 2022 e R\$ 64 (mil) no 1º semestre de 2021.

Partes Relacionadas	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Sinoscar S.A.	409	388	545	712
Zugno & Masbo Ltda	201	201	1.007	1.107
Total	610	589	1.552	1.819

b) Devedores por Compra de Participações (Ativo)

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma receita financeira de R\$ 163 (mil) no 1º semestre de 2022 e de R\$ 207 (mil) no 1º semestre de 2021.

Parte Relacionadas	Objeto	Circulante		Não Circulante	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Themar Part. Ltda.	Venda ações em tesouraria	141	139	1.402	1.444
Themar Part. Ltda.	Venda participação Therrenos	553	542	4.468	4.654
Total		694	681	5.870	6.098

c) Títulos e Valores Mobiliários – Ativo Circulante

O valor de R\$ 7.790 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento até 27/12/2022 (item Nota 04).

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Sinosserra Prestação de Serviços de Relacionamento e Atendimento ao Cliente Ltda. para que esta prestasse serviços na área de cobranças, resultando em uma despesa de R\$ 256 (mil) no 1º semestre de 2022 e de R\$ 867 (mil) no 1º semestre de 2021.

A empresa pagou comissões de vendas e serviços de manutenção de veículos às ligadas Sinoscar S.A. e Guaibacar Veículos e Peças Ltda. nos valores de R\$ 19 (mil) no 1º semestre de 2022 e de R\$ 13 (mil) no 1º semestre de 2021. Pagou também pagou aluguéis para a empresa ACASA no valor de R\$ 14 (mil) no 1º semestre de 2022 e o de R\$ 12 (mil) no 1º semestre de 2021.

NOTA 15 – IMPOSTOS DIFERIDOS S/RECEITAS

Valor referente a diferimento de resultado de venda de ativo permanente a ser realizado em exercício seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas Venda Bens Ativo Permanente	692	749
IRPJ Diferido 25%	<u>173</u>	<u>187</u>

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros Retidos

A parcela não distribuída dos lucros, que monta em R\$ 255 (Mil), foi destinada para a reserva de lucros retidos para futura destinação: aumento de capital, ou distribuição de lucros.

NOTA 17 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Grupos Administrados	18	19
Bens Entregues	230	586
Bens Pendentes de Entrega	397	401
Taxa de Inadimplência	6,02%	4,26%
Consortados Ativos	4.912	5.056
Desistentes e Excluídos no ano	521	668

b) **Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consortados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

c) **Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.

d) **Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consortados contemplados.

e) **Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consortados contemplados em atraso.

- f) Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Julho de 2022** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **30 de junho de 2022**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) Consorciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.
- l) Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes** - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.
- m) Recursos do Grupo** - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2022.

GUILHERME ZUGNO REIS
Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE
Contadora CRC/RS 85.035/O-6